



# Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional  
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA  
Siegfried Emanuel Heuser

# Conjuntura FEE

ANO 24 Nº 05  
Maio de 2015

## PL 4330/04: a terceirização em debate

O Projeto de Lei (PL) 4330/04, que trata da terceirização, em tramitação há mais de 10 anos, passou a ser amplamente discutido no último mês, após sua aprovação na Câmara ter desencadeado protestos e paralisações de trabalhadores.

Destaque-se que o tema da terceirização não é novo, uma vez que ela se expandiu nos anos 90, na economia brasileira, em um contexto de reestruturação produtiva, associada ao processo de abertura comercial, baixo crescimento econômico, alta inflação e elevação do desemprego. Entretanto a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) restringiu a terceirização às atividades-meio, proibindo a sua abrangência à atividade-fim da empresa. Esse item é central na discussão e tema de maior divergência entre os favoráveis e os contrários à terceirização.

A proposta aprovada na Câmara e que será votada no Senado permite a terceirização em todas as atividades da empresa, inclusive a atividade-fim. Os favoráveis ao PL 4330/04 defendem que a sua aprovação trará maior segurança jurídica para as empresas, além de reduzir seus custos de produção e aumentar sua competitividade. Já aqueles contrários entendem que haverá uma precarização das relações de trabalho. Isso porque generalizar o processo de subcontratação no mercado de trabalho exerce pressão para queda dos salários e dos benefícios indiretos (plano de saúde, participação nos lucros, cesta básica, etc.), além de aumento da rotatividade, colocando trabalhadores terceirizados em desvantagem, em relação aos contratados de forma direta.

Sobre esse tema e utilizando informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), é possível analisar diferentes segmentos de trabalhadores: o emprego protegido (com carteira assinada), o emprego subcontratado, que abrange uma parcela da terceirização, e o emprego ilegal (sem carteira assinada).

No período 1993-2003, o emprego protegido sofreu redução de 0,5% no seu contingente, e a renda real contraiu-se

em 3,9%. Já o emprego subcontratado e o ilegal tiveram aumento de 76,3% e 54,0% respectivamente. O rendimento médio real do subcontratado diminuiu em 1,3%, e o do emprego ilegal elevou-se em 11,0%.

No período 2003-13, o emprego protegido ampliou-se em 43,5%, e o emprego subcontratado, em 2,9%, enquanto o emprego ilegal diminuiu 1,9%. A renda média real cresceu para as três formas de emprego, sendo de 17,3% no emprego protegido, 15,5% no subcontratado e 25,4% no ilegal. Destaque-se a importância do contingente de subcontratados, de 107.000 em 2013 (6,0% do total de ocupados).

Em termos gerais, o que se observa no mercado de trabalho brasileiro replica-se no mercado regional, ou seja, na década de 90, ocorreu um processo de desestruturação do mercado de trabalho, em que, além do crescimento do desemprego, também se observou queda no emprego formal e aumento da terceirização e do emprego ilegal. Diferente é o cenário verificado nos anos 2000, em que a economia e, especialmente, o mercado de trabalho apresentaram desempenho positivo, com redução expressiva do desemprego e ampliação do emprego assalariado legalizado, retomando-se o processo de estruturação do mercado de trabalho. Todavia, desde 2011, esse comportamento vem mostrando desaceleração, e, para 2015, a perspectiva é de fraco desempenho econômico e crescimento do desemprego, em um ambiente de forte crise política.

É nesse contexto que emerge a discussão sobre a terceirização, que se tem concentrado, de um lado, mais nos aspectos jurídicos do que propriamente econômicos — tais como infraestrutura, investimento e tributação, que teriam reflexos maiores sobre a competitividade das empresas —, e, de outro, nos possíveis efeitos negativos sobre os trabalhadores em termos da qualidade do emprego e da ascensão profissional. Independentemente da posição, o tema é complexo e merece estudos aprofundados, abrangendo também comparações com outros países que adotaram regulação de natureza semelhante.

Estimativa e distribuição dos ocupados, segundo forma de inserção ocupacional, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993, 2003 e 2013

FORMA DE INSERÇÃO OCUPACIONAL	1993		2003		2013	
	Número Absoluto	Distribuição %	Número Absoluto	Distribuição %	Número Absoluto	Distribuição %
<b>TOTAL DE OCUPADOS</b>	1.254	100,0	1.451	100,0	1.778	100,0
Empregados	896	71,5	991	68,3	1.310	73,7
Emprego protegido — com carteira assinada	737	58,8	733	50,5	1.052	59,2
Empregados pelo setor privado	561	44,7	582	40,1	876	49,3
Empregados pelo setor público	175	14,0	151	10,4	176	9,9
Emprego subcontratado	59	4,7	104	7,2	107	6,0
Assalariados contratados em serviços terceirizados	14	1,1	46	3,2	64	3,6
Autônomos que trabalham para uma empresa	45	3,6	58	4,0	43	2,4
Emprego ilegal — sem carteira assinada	100	8,0	154	10,6	151	8,5
<b>Demais ocupados</b>	358	28,5	460	31,7	468	26,3

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

**Iracema Castelo Branco**  
Economista, Pesquisadora da FEE

## Estrutura tributária: um comparativo internacional

A cobrança de tributos conforma um relevante aspecto da relação do Estado com a sociedade. No Brasil, o candente debate requer estudo, no tempo em que alguns impostos sofrem alterações no plano nacional, como o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e a aventada regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas. Em linha semelhante, alguns tributos, na esfera estadual, podem sofrer variações.

A carga tributária brasileira gira em torno de 36% do produto. O dado mais recente é de 2013, que foi 35,95%. Já o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, em 2014, foi de R\$ 5,52 trilhões. Repartindo essa monta pelo número de habitantes, chega-se à renda *per capita* de R\$ 27.229,00 (IBGE). Nessa medida, a média de impostos pagos por brasileiro foi de R\$ 816,90 por mês, considerando que a carga tributária do ano de 2014 seja igual à de 2013.

A arrecadação desses tributos está centrada no consumo e na folha de salários. Como os dados tributários mais recentes ainda não foram sistematizados, é aqui analisada a estruturação de 2013. No referido ano, 51,28% dos impostos recolhidos nas três esferas tiveram origem no consumo de bens e serviços, 24,98% na folha de salários, 18,10% na renda e 3,93% na propriedade. Com base nas declarações de imposto de renda disponibilizadas pela Receita Federal do Brasil e em uma extrapolação dos dados para os não declarantes, os quais não estão disponíveis, é possível estimar que, em 2012, 8,13% dos brasileiros eram proprietários de 87,40% da riqueza, conforme divulgado na **Carta de Conjuntura** de dezembro de 2014. No que se refere ao fluxo de rendimentos, em 2013, os brasileiros que figuram entre os 10% com rendas mais elevadas absorvem 41,55% do total, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Isso indica que, tanto do ponto de vista da riqueza quanto da renda, o Brasil tem concentração acentuada.

Além de financiar os serviços públicos, a arrecadação de impostos tem o papel de rearranjar as dotações dos agentes no mercado, uma vez que há assimetria de condições e que a dinâmica da economia pode proporcionar disparidades.

Ao se efetuarem comparações internacionais, salta aos olhos que a estruturação dos tributos brasileiros é desalinhada sob o aspecto da justiça social. No que se refere aos impostos sobre herança, por exemplo, a alíquota no Reino Unido é de 40,00%. Em outros países, ela é variável: na França, a média é de 32,50%; nos Estados Unidos, 29,00%; na Alemanha, 28,50%; na Suíça, 25,00%; no Japão, 24,00%; no Chile, 13,00%; já no Brasil, o tributo é de 3,86%.

Averiguando-se as alíquotas máximas sobre os dividendos, observa-se que o desalinhamento persiste. Na Dinamarca, a taxa é de 42,00%; na França, de 38,50%; no Canadá, de 31,70%; na Alemanha, é de 26,40%; na Bélgica, é de 25,0%; nos Estados Unidos, de 21,20%; e, na Turquia, 17,50%. Já

no Brasil, os dividendos são isentos de imposto de renda. Adicionalmente, há a possibilidade de as empresas deduzirem das receitas tributáveis os “juros sobre o capital próprio”. O juro do capital próprio é tributável ao acionista, mas com uma alíquota menor do que a máxima que os trabalhadores pagam. Em linha semelhante, os rendimentos de aplicações financeiras em renda fixa e variável possuem tributação menor do que a alíquota máxima do rendimento do trabalho. É preciso explicitar que grande parte dos proprietários de empresas figuraria na faixa de tributação superior de imposto de renda pessoa física, conforme os dados disponibilizados pela Receita Federal.

O montante de tributo advindo de impostos de renda sobre a pessoa jurídica representou 6,28% do total, em 2013. Nesse sentido, os rendimentos tanto do capital quanto da propriedade são menos taxados do que os rendimentos do trabalho. No que tange ao tributo sobre pessoa física, a alíquota máxima, no Brasil, é de 27,5%. Já na Holanda, é de 52,00%; no Reino Unido, é de 45,00%; na Turquia, é de 35,00%; na Polônia, é de 32,00%.

Esses dados sinalizam que os impostos, no Brasil, são mais brandos com os segmentos mais abastados ao se compararem com os dos países citados. A concentração de impostos no salário e no consumo aponta que há maior oneração aos grupos médios e de baixa renda. Outra característica dessa estrutura é a majoração dos preços dos bens, uma vez que metade dos impostos incide sobre o consumo.

Algumas das alterações tributárias nesse início de 2015 reforçam o quadro atual, indicando que caminhamos na direção contrária à dos países que estão em patamares de desenvolvimento mais elevado. Aprofundar e clarificar essa temática não apenas informa o cidadão como instrumentaliza a pauta da justiça social.

Comparativo da estruturação tributária em países selecionados — 2013

INCIDÊNCIA DO TRIBUTO	PERCENTUAL DE ARRECAÇÃO		
	Brasil	Reino Unido	Média OCDE
Bens e serviços .....	51,28	33,02	32,77
Folha de salários .....	24,98	18,93	26,18
Propriedade .....	3,93	12,34	5,45
Renda e lucros .....	18,10	35,63	33,03
Transações financeiras	1,67	-	-
Outras .....	0,04	0,08	2,57
Carga tributária bruta ...	35,95	35,20	35,96

FONTE: Receita Federal do Brasil.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

**Róber Iturriet Avila**  
Economista, Pesquisador da FEE

## Expansão e interiorização do ensino superior no RS

É inegável a importância da educação na promoção do desenvolvimento econômico. Aumentos de produtividade, inovação e autonomia dos trabalhadores estão entre alguns dos argumentos que justificam sua importância.

A recente divulgação de que o gasto público com educação atingiu 6,6% do Produto Interno Bruto (PIB), após uma década de crescimento, chama atenção para a dinâmica recente da educação no Brasil, que, no início do século XXI, tem sido marcada por uma forte expansão do ensino superior e da pós-graduação, acompanhada de um processo de interiorização. No Rio Grande do Sul, não vem sendo diferente.

Na década de 60, já havia ocorrido, no Estado, uma descentralização dos investimentos federais na educação superior. Esse processo foi marcado pela construção de universidades federais em Santa Maria (em 1960) e em Pelotas e Rio Grande (ambas em 1969).

Entre a década de 70 e o início do século XXI, a expansão do ensino superior foi focada em instituições privadas, que, atualmente, respondem pela maior parte dos alunos

matriculados no Estado. A partir de 2008, o interior do RS voltou a receber investimentos federais. Destaca-se a criação de duas Universidades com atuação no RS — Universidade Federal do Pampa (Unipampa) e Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) — e de três Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, sediados em Bento Gonçalves, Pelotas e Rio Grande, que mantêm 44 *campi*. Essa descentralização insere-se em uma lógica de atenuar as disparidades regionais, com investimentos em regiões historicamente negligenciadas.

No ano de 2013, o Estado contava com 404.801 alunos matriculados no ensino superior, em 40 municípios. A Região Metropolitana de Porto Alegre concentrava 48,37% das matrículas. O ensino federal representava a maior parte das matrículas nas mesorregiões Centro Ocidental, Sudeste e Sudoeste. O ensino privado, por sua vez, representava a totalidade das matrículas nas mesorregiões Centro Oriental e Noroeste e a maior parte das matrículas nas mesorregiões Nordeste e Metropolitana.

Número de matrículas no ensino superior, por mesorregião, no Rio Grande do Sul — 2013

DISCRIMINAÇÃO	CENTRO OCIDENTAL	CENTRO ORIENTAL	METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE	NORDESTE	NOROESTE	SUDESTE	SUDOESTE	TOTAL
Estadual .....	-	-	2.439	-	-	-	-	2.439
Federal .....	21.692	-	29.423	3.214	-	27.879	8.186	90.394
Privado .....	8.183	21.790	163.934	46.707	53.816	11.403	6.135	311.968
<b>TOTAL .....</b>	<b>29.875</b>	<b>21.790</b>	<b>195.796</b>	<b>49.921</b>	<b>53.816</b>	<b>39.282</b>	<b>14.321</b>	<b>404.801</b>

FONTE: MEC.

NOTA: O número de matrículas nos cursos de graduação é contabilizado por sede da Instituição de Educação Superior.

**Marcelo Mallet Siqueira Campos**  
Economista, Pesquisador da FEE

## Evolução da taxa de mortalidade infantil no Rio Grande do Sul, segundo o PIB per capita, de 2001 a 2013

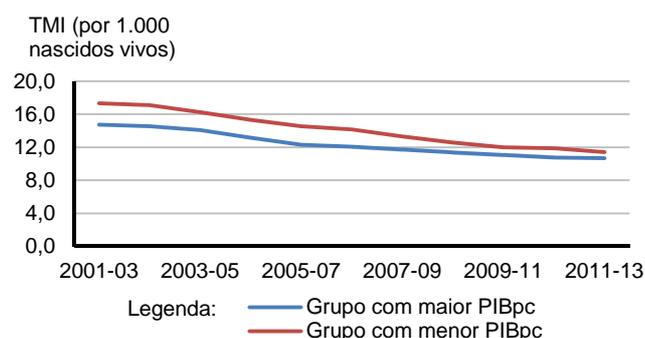
Nos últimos anos, a taxa de mortalidade infantil (TMI) — razão entre o total de óbitos de menores de um ano e o total de nascidos vivos — está decrescendo em todo o País. No Brasil, a TMI apresentou uma queda de 30%, caindo de 19,4 por 1.000 no triênio 2001-03 para 13,5 por 1.000 em 2011-13, ao passo que, no Rio Grande do Sul, a redução foi de 31%, passando de 15,8 por 1.000 no triênio 2001-03 para 10,9 por 1.000 em 2011-13.

Tendo em vista que a mortalidade infantil é fortemente influenciada pelas condições econômicas da população, avaliou-se a evolução da TMI trienal dos gaúchos, no período de 2001 a 2013, segundo o Produto Interno Bruto *per capita* (PIBpc) de 2012 dos municípios em que residiam. Especificamente, dividiu-se a população do Estado em dois extratos de renda: os que vivem nos municípios de menor PIBpc (50% dos municípios) e os que residem nos municípios de maior PIBpc. Ao longo de todo período analisado, o grupo de menor PIBpc apresentou maiores TMIs. Entretanto percebe-se que, ao longo da série, as TMIs dos dois grupos se aproximaram. O grupo de maior PIBpc apresentou TMI de 14,7 por 1.000 no triênio 2001-03 e de 10,7 por 1.000 em 2011-13, enquanto, no grupo de menor PIBpc, a TMI caiu de 17,3 por 1.000 em 2001-03 para 11,4 por 1.000 em 2011-13.

A queda na TMI do grupo de menor PIBpc ocorreu ao mesmo tempo em que houve um intenso decréscimo na proporção de mães com menos de três anos de estudo (de 12,7% no triênio 2001-03 para 3,9% em 2011-13) e na proporção de baixo número de consultas pré-natal (de 46,4% no triênio

2001-03 para 32,2% em 2011-13). Esses fatos podem explicar a melhora na TMI para esse grupo, visto que o aumento na escolaridade materna pode refletir uma maior percepção dos problemas de saúde, bem como uma maior utilização dos serviços de saúde. Soma-se a esse fato o aumento no número de consultas pré-natal, o que indica uma melhora no acesso a serviços de saúde. A diminuição da TMI no grupo de menor PIBpc pode indicar uma melhora no acesso à assistência à saúde, antes, durante e/ou logo após o parto, para uma população que vive em regiões do Estado menos favorecidas.

Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) trienal, segundo extratos de renda, no Rio Grande do Sul — 2001-13



FONTE: Ministério da Saúde/SVS/DASIS — SINASC e SIM.

NOTA: Dados de 2013 sujeitos à retificação.

**Marilyn Agranonik**  
Estatística, Pesquisadora da FEE

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — out./14-mar./15

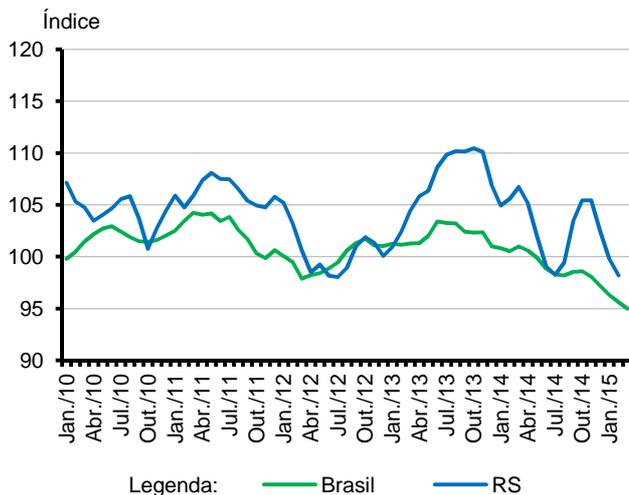
MESES	IPCA			IGP-M			(%)
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	
	Out./14	0,42	5,05	6,59	0,28	2,04	
Nov./14	0,51	5,58	6,56	0,98	3,04	3,65	
Dez./14	0,78	6,41	6,41	0,62	3,67	3,67	
Jan./15	1,24	1,24	7,14	0,76	0,76	3,96	
Fev./15	1,22	2,48	7,70	0,27	1,03	3,85	
Mar./15	1,32	3,83	8,13	0,98	2,02	3,15	

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./10-mar./15



FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

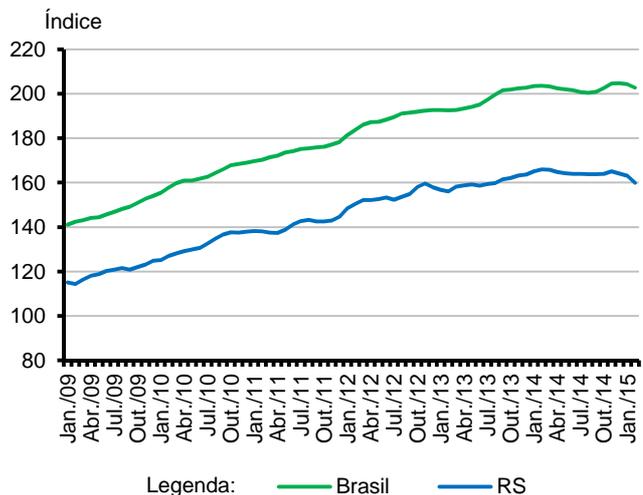
NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2012 = 100.

3. Em 2014, a PIM-PF modifica a estrutura de coleta.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-fev./15



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — out./14-mar./15

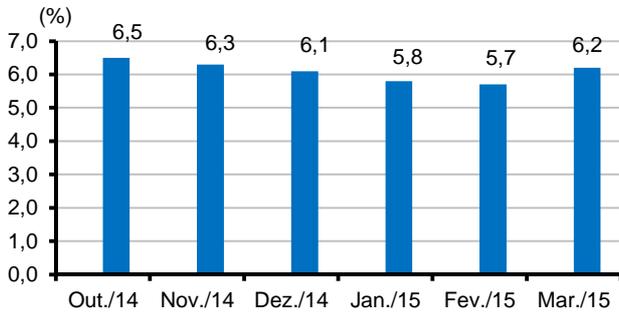
INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Out./14	Nov./14	Dez./14	Jan./15	Fev./15	Mar./15		
Taxa de câmbio (US\$) (1) .....	2,45	2,55	2,64	2,63	2,82	3,14	2,86	2,48
Taxa de câmbio efetiva real (2) .....	92,9	95,0	96,7	93,4	98,7	106,9	99,7	92,6
Taxa básica de juros (% a.a.) (3) .....	11,25	11,25	11,75	12,25	12,25	12,75	12,42	11,46
Superávit primário (% do PIB) .....	-0,77	1,68	2,68	-4,59	0,51	-0,05	-1,37	0,70
Balança comercial (US\$ milhões) .....	-1.177	-2.351	293	-3.174	-2.842	-	-6.016	-3.778
Exportações (US\$ milhões) .....	18.330	15.646	17.491	13.704	12.092	-	25.796	218.937
Importações (US\$ milhões) .....	-19.507	-17.997	-17.198	-16.878	-14.934	-	-31.812	-222.715
Transações correntes (US\$ milhões) .....	-8.155	-9.367	-10.317	-10.655	-6.879	-	-17.534	-89.850

FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no Rio Grande do Sul — out./14-mar./15

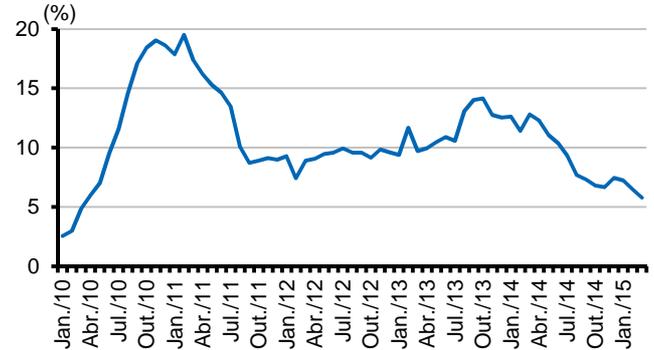


FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. A partir de julho de 2014 o Dieese interrompeu a divulgação da taxa brasileira.  
2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul — jan./10-mar./15



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.  
NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

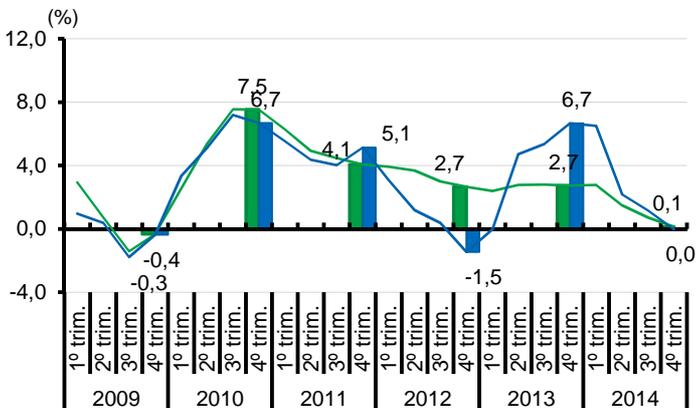
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — out./14-mar./15

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	RS	Brasil		Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Out./14	16.214	191.965	8,4	-24,0	-4,2	-24,1	-0,2	1,1	-4,2
Nov./14	17.261	207.610	8,3	-27,9	-6,2	-25,6	-2,2	-2,9	-4,3
Dez./14	18.608	225.101	8,3	-25,8	-7,1	-24,3	-2,8	-1,4	-4,6
Jan./15	967	13.704	7,1	-10,3	-14,5	4,7	3,0	-14,3	-17,0
Fev./15	1.841	25.796	7,1	-12,1	-19,3	0,6	-2,6	-12,7	-17,2
Mar./15	3.094	42.775	7,2	-4,8	-13,7	8,5	4,6	-12,4	-17,5

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 1º trim./09-4º trim./14

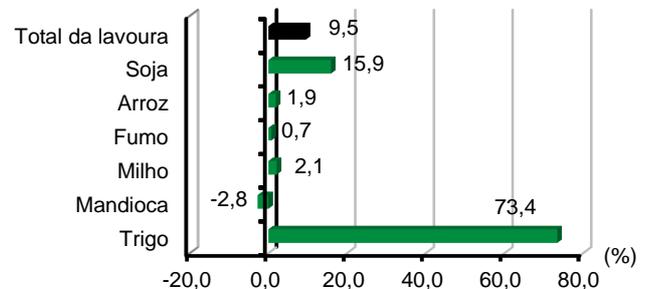


Legenda: ■ PIB do Brasil ■ PIB do RS  
— PIB trimestral (Brasil) — PIB trimestral (RS)

FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NCR.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — mar./15



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NCR.

## Petrobras: uma empresa estratégica para a economia brasileira

A operação Lava Jato, que atingiu vários partidos políticos e importantes empresas nacionais, gerou muitas preocupações quanto aos resultados relativos a 2014. Segundo o relatório da Petrobras, a empresa sofreu um prejuízo de R\$ 21,6 bilhões no ano de 2014; desse montante, R\$ 6,2 bilhões deveriam-se aos desvios de recursos. Cabe agregar o provisionamento de perdas com recebíveis do setor elétrico, as baixas relacionadas à construção das refinarias Premium I e II e o provisionamento do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário. Porém o fator determinante do prejuízo foi a queda do preço internacional do petróleo, entre 2012 e 2014, devido à desaceleração das economias europeia e chinesa e à resistência da Arábia Saudita em reduzir seu volume de produção. Essa situação foi agravada pela manutenção das tarifas dos combustíveis, no período pré-eleitoral.

Isso posto, faz-se necessário enfatizar que a Petrobras se constitui em um dos principais trunfos que o Governo possui para a elaboração e a execução de uma política industrial de crescimento e inovação. Essa empresa, uma das maiores do mundo no domínio de prospecção e extração de petróleo, registrou, em 2014, mais de 90.000 empregos diretos e 300.000 indiretos, tendo respondido por mais de 10% do total de investimentos feitos no País. A Petrobras situa-se no centro do complexo petroquímico brasileiro, formado pelas unidades de primeira geração (insumos básicos) e de segunda geração (resinas termoplásticas). A terceira geração — indústrias de plásticos, farmacêutica, dentre outras, que utilizam os insumos petroquímicos — é fornecedora dos produtores de embalagens, construção civil, elétrico e eletrônico, dentre outros. A atual rede de fornecedores da Petrobras é constituída por 20.000 empresas, sendo que esse número

deve aumentar em 2015, com uma previsão de investimentos de US\$ 224 bilhões (Plano de Negócios). No primeiro trimestre de 2015, a produção da Petrobras posicionou-a como a maior petrolífera de capital aberto do mundo.

Do ponto de vista tecnológico, a empresa é historicamente a principal investidora em pesquisa entre as empresas brasileiras e possui uma política de priorização de fornecedores nacionais, que recebem seu apoio para se adequarem às suas exigências de excelência tecnológica e produtiva. A partir da descoberta das reservas do Pré-Sal, em 2006, vem desenvolvendo pesquisas que a posicionam como líder mundial na tecnologia de extração de petróleo em águas profundas. Esse fato induziu a um novo sistema de partilha (Lei 12.351/2010), que estabelece o Governo brasileiro como principal proprietário do petróleo extraído e não mais a empresa que executa a extração.

Por essas razões, a Petrobras atrai o interesse dos grandes grupos internacionais, sendo preocupante que os desvios de recursos tenham aberto brechas para as tentativas de introdução de mudanças no sistema de partilha. De fato, já tramitam no Congresso propostas de alteração desse sistema. Assim, é preciso refletir além da operação Lava Jato, uma vez que a perspectiva de desnacionalização dessa empresa envolve muitos riscos: a perda de poder do Estado no uso dos recursos da exploração do petróleo, a redução de seu efeito multiplicador sobre a economia brasileira e o desperdício do patrimônio tecnológico construído na sua trajetória histórica.

**Clarisse Chiappini Castilhos**  
Doutora em economia, Pesquisadora da FEE

## A produção leiteira do RS no contexto nacional

Segundo a Pesquisa Pecuária Municipal (PPM-IBGE), a produção leiteira gaúcha é a segunda maior do País, perdendo apenas para a de Minas Gerais e seguida muito de perto pela do Paraná. Mais da metade da produção nacional é gerada nesses três estados. Em 2013, último dado disponível, MG produzia 27,2%; RS, 13,2%; e PR, 12,7% do total do Brasil.

Destaca-se que, enquanto MG vem perdendo participação, o RS e o PR têm tendência inversa. Em 2000, essas participações foram 29,7%, 10,6% e 9,1% respectivamente.

Verifica-se um desempenho melhor nos estados produtores da Região Sul em suas principais variáveis. Entre 2000 e 2013, o volume de leite produzido cresceu 114,5% no RS e 141,6% no PR, enquanto, na média nacional e em MG, o crescimento foi de 73,3% e 58,7%.

A mesma tendência é observada com relação ao número de vacas ordenhadas. O crescimento foi de 33,5% no RS,

48,5% no PR, 28,3% no Brasil e 32,5% em MG. Esses valores refletem-se na grande diferença de crescimento da produtividade (1.000 litros/vaca ordenhada). Nesse período, o RS manteve-se como o estado de maior produtividade. Em 2000, era 1,80 e, em 2013, 2,90 (1.000 litros/vaca ordenhada). O PR passou de 1,56 para 2,53, MG, de 1,33 para 1,59, e a média nacional, de 1,11 para 1,49. Chama a atenção o fato de o crescimento da produtividade nos estados sulinos ser mais que o dobro do de MG no período — 60,7% no RS, 62,7% no PR, 35,0% no Brasil e 19,8% em MG.

A reorganização das cooperativas sulinas, a instalação de novas indústrias — tais como a Nestlé em Palmeira das Missões e a BRFoods assumindo a Elegê — e os dados acima indicam uma alteração de estrutura produtiva entre regiões.

Quantidade e rendimento da produção de leite no Brasil e em estados selecionados — 2000-13

REGIÃO	QUANTIDADE PRODUZIDA DE LEITE					RENDIMENTO MÉDIO (1.000 litros/vaca ordenhada)		
	2000		2013		Variação 2013/2000 (%)	2000	2013	Variação 2013/2000 (%)
	Volume (1.000 litros)	Participação no Brasil (%)	Volume (1.000 litros)	Participação no Brasil (%)				
<b>BRASIL</b> .....	19.767.206	100,0	34.255.236	100,0	73,3	1,11	1,49	35,0
Minas Gerais .....	5.865.486	29,7	9.309.165	27,2	58,7	1,33	1,59	19,8
Rio Grande do Sul .....	2.102.018	10,6	4.508.518	13,2	114,5	1,80	2,90	60,7
Paraná .....	1.799.240	9,1	4.347.493	12,7	141,6	1,56	2,53	62,7

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE/PPM.

**Sérgio Fischer**  
Economista, Pesquisador da FEE

## Produção, salário, emprego e produtividade na indústria do RS

A produção da indústria de transformação instalada no Rio Grande do Sul, seguindo a trajetória do que aconteceu com o parque industrial brasileiro, apresentou uma queda de 4,3% em 2014. Essa trajetória de queda manteve-se nos dois primeiros meses do corrente ano, e, até o momento, não existem indicadores que sinalizem uma recuperação em 2015.

A *performance* do setor industrial brasileiro e, por decorrência, do gaúcho, ao longo do último decênio, pode ser caracterizada por alguns fatos estilizados. Em primeiro lugar, desde o início da crise econômica em 2008, a indústria de transformação brasileira entrou em um processo de estagnação da produção. Com a queda observada em 2014, o nível da produção dos respectivos parques industriais situou-se abaixo do observado em 2008. Assim, a atividade industrial do Estado tem, no desempenho nacional, o seu principal determinante. No entanto, por ter uma grande participação das atividades vinculadas ao agronegócio, o desempenho industrial do RS também mantém estreita dependência da agropecuária. Esta última, no entanto, atua no sentido de amenizar ou fortalecer os períodos de queda ou crescimento da produção, mas não no sentido de definir a sua tendência. Assim, enquanto, no período 2003-08, a indústria de transformação brasileira cresceu a uma taxa média anual de 3,7%, a sua correspondente instalada no território gaúcho cresceu apenas 1,4%. Esse diferencial de crescimento pode ser atribuído, em grande parte, ao fraco desempenho da agropecuária no biênio 2004-05. Para o período 2009-14, essa taxa de variação na produção foi negativa, tanto para o caso brasileiro (-0,25% a.a) como para o gaúcho (-0,35% a.a).

Em segundo lugar, verifica-se que a indústria de transformação deixou de ser um importante gerador de empregos diretos. Assim, mesmo durante o período de crescimento da produção (2003-08), o emprego na indústria de transformação brasileira cresceu a uma taxa média anual de 1,1%. No caso do parque industrial gaúcho, verifica-se uma trajetória constante de redução do emprego ao longo de toda a série. Nos últimos três anos, a indústria vem sistematicamente reduzindo o número do pessoal ocupado, tendência essa que deverá acentuar-se em 2015.

Em terceiro, e como decorrência dos dois movimentos descritos acima, verifica-se que a produtividade da indústria de transformação tem-se mantido praticamente estagnada desde 2008. No caso do RS, a exceção foi o ano de 2013, o qual combinou crescimento da produção com redução do emprego. No entanto, já em 2014, a produtividade novamente se manteve estacionada. Por fim, uma das mais significativas características do cenário industrial foi a trajetória ascendente do salário real, mesmo após o início da crise. Embora o aumento real do salário seja um importante estímulo ao crescimento da demanda agregada, do ponto de vista empresarial, a sua associação com a estagnação da produtividade tem gerado grandes pressões de custos e um estreitamento da margem de lucro. Setores industriais com maior poder de mercado acabam repassando tais pressões aos preços, o que resulta na dificuldade em se reduzirem os patamares inflacionários da economia brasileira.

A similaridade de comportamento do parque industrial gaúcho e do restante do Brasil não é mera coincidência, mas, sim, uma evidência do fato de que as atividades industriais instaladas no território gaúcho constituem-se em segmentos da indústria nacional. A compreensão da sua dinâmica de crescimento, portanto, implica contextualizá-lo nos cenários

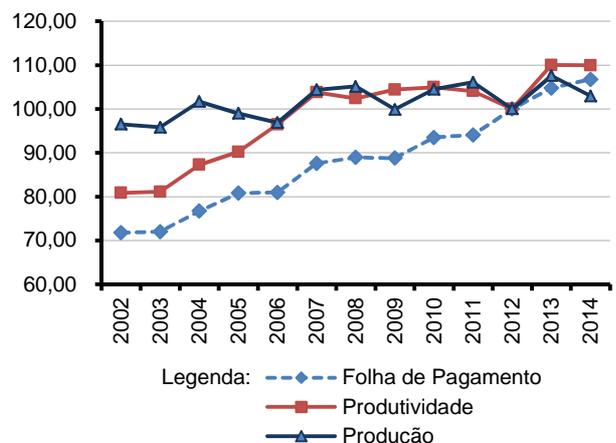
nacional e internacional. Assim, a recuperação da produção industrial no RS somente irá acontecer com a recuperação do crescimento econômico nacional.

A superação desse quadro adverso para a indústria implica, em primeiro lugar, a retomada da produção, a qual permitiria um retorno do crescimento da produtividade compatível com o crescimento do salário real. No entanto, esse cenário dificilmente irá ocorrer enquanto a economia mundial não voltar a crescer de uma forma mais robusta. Até mesmo a depreciação do real, embora necessária, constitui-se em uma medida insuficiente, uma vez que outras moedas também têm-se desvalorizado em relação ao dólar. Adicionem-se a isso as dificuldades criadas pela forte concorrência dos produtos asiáticos, não apenas em termos da disputa por mercados, mas também como ponto privilegiado de localização industrial.

Do ponto de vista doméstico, as elevadas taxas de juros e a busca por ajustes fiscais, tanto do Governo Federal como dos estaduais, são medidas que dificultarão uma retomada da produção industrial. Com o crescimento do desemprego, não é de se esperar que o consumo das famílias volte a crescer. Os limites ao crescimento não residem, portanto, nas dificuldades de ordem burocrática ou tributária. Essas dificuldades já existiam no período 2003-08 e não impediram o crescimento. Uma redução da carga tributária poderia aumentar a lucratividade do setor no curto prazo, mas dificilmente ocasionaria a retomada da produção industrial.

Em seu conjunto, os fatores descritos acima acabam por reduzir a competitividade industrial brasileira, a qual impede não apenas a sua inserção externa, como também leva a uma perda do mercado interno. Nesse cenário, os governos estaduais, que dependem fortemente da retomada da arrecadação para fazer frente às necessidades de ajuste das contas públicas, veem reduzida a sua capacidade de fazer políticas públicas, ficando à mercê desses determinantes nacionais e internacionais.

Índice de volume da produção física, da produtividade e da folha de pagamento real por trabalhador, na indústria de transformação do Rio Grande do Sul — 2002-14



FONTE: IBGE.

NOTA: Os índices têm como base 2012 = 100.

**André Luis Contri**  
Economista, Pesquisador da FEE

## O preço internacional da soja no último decênio

A valorização do preço internacional da soja, a partir da segunda metade de 2006, beneficiou os exportadores líquidos desse produto, entre eles o Brasil e o Estado do Rio Grande do Sul. Se, por um lado, esse movimento recente de valorização foi acompanhado por elevação da renda, por outro, enseja preocupações, haja vista a dependência do Produto Interno Bruto (PIB) e da *performance* das exportações do País e do Estado em relação ao preço do grão.

Diante dessa conjuntura, torna-se pertinente o estudo do movimento desse preço no mercado internacional, assim como o apontamento dos possíveis eventos que estejam colocando em marcha a sua trajetória de preços.

Para isso, primeiramente, é preciso ressaltar que, na segunda metade de 2006, a soja — assim como as demais *commodities* agrícolas — se inseriu em uma trajetória sem precedentes de crescimento de preços internacionais de *commodities* que já vinha sendo puxada por metais e combustíveis, pelo menos desde meados de 2003.

Nesse ínterim, insere-se o comportamento do preço da soja. Conforme os dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), o preço da oleaginosa multiplicou-se por 2,65 entre abril de 2006 e julho de 2008, este último sendo o ápice do preço até então. Após, desvalorizou-se bruscamente, em meio à crise financeira mundial.

A redução das posições dos investidores de índice em mercados futuros de *commodities* ocorreu em simultâneo à redução de preços, o que não permite descartar a hipótese de influência da especulação financeira nos preços. Para a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), essa retirada das posições em mercados futuros ocorreu em face das necessidades de cobrir as perdas financeiras com a crise. Já a retomada das posições ocorreu na sequência da política monetária expansionista norte-americana.

Assim, o preço da soja não somente se recuperou da queda como, em agosto de 2012, atingiu uma nova marca histórica, com elevação de 12,41% em relação ao pico anterior. A partir de então, o preço da soja desacelerou, mas manteve-se em uma relativa estabilidade até 2014. A partir do segundo semestre de 2014, emergiu uma tendência mais evidente de depreciação do preço. Apesar dessa redução de valor, ainda se mantém em um patamar muito superior em relação aos anos iniciais de crescimento — o preço da soja em março de 2015 é ainda 72,14% superior ao preço de abril de 2006.

Uma explicação recorrente para essa desaceleração de preços é a suposta redução do consumo chinês de soja ou a diminuição no crescimento da sua demanda. As importações chinesas de soja em *quantum* não diminuíram nos últimos anos, conforme dados do National Bureau of Statistics of China. De fato, houve uma desaceleração na taxa de crescimento no período pós *boom*, mas essa não parece ser a expli-

cação exclusiva para esse movimento, pois é preciso ressaltar que o consumo chinês de soja cresce a taxas decrescentes desde o início do *boom*.

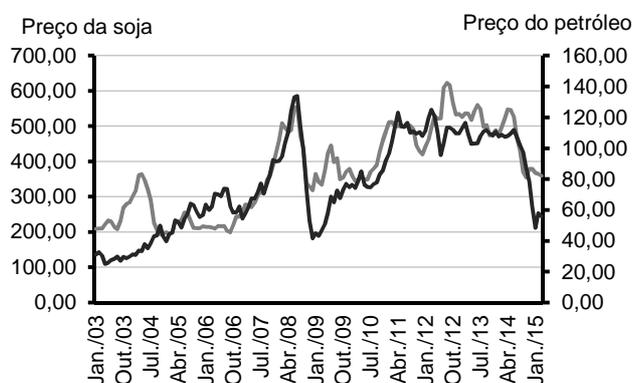
Por outro lado, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos tem enfatizado que a oferta mundial do grão se elevou. No entanto, ao dimensionar essa maior oferta pelo nível de ociosidade da indústria chinesa processadora de soja — em torno de 50% —, é difícil falar em uma oferta de soja em excesso.

Dessa forma, ganham destaque outros fatores que também podem estar influenciando o preço da soja, como a desvalorização das *commodity currencies*, a política monetária estadunidense, a especulação financeira e os custos de produção. Sem o intuito de hierarquizar os possíveis determinantes, destaca-se a sincronia entre o preço da soja e do petróleo a partir do ponto no qual o preço do barril de petróleo atinge os US\$ 50.

Para alguns estudos do Banco Mundial, a variação do preço do combustível explicaria em torno de 50% da variação do preço das *commodities* agrícolas. Por hipótese, uma explicação para isso pode estar no fato de que o petróleo é um dos principais componentes dos fertilizantes utilizados na produção.

Por todos esses motivos, não se deve subestimar a necessidade de um estudo mais profundo dos possíveis determinantes do preço da soja. A sua negligência pode pegar de surpresa os formuladores de política, obstinados em dar uma resposta rápida e simples a um fenômeno que se mostra mais complexo do que se imagina.

Preço internacional da soja e do petróleo — 2003-15



Legenda:

- Preço da soja (US\$ por tonelada métrica)
- Preço do petróleo Brent (US\$ por barril)

FONTE: Fundo Monetário Internacional (FMI).

NOTA: O preço da soja é calculado pelo FMI com base no valor dos contratos futuros da bolsa de Chicago.

**Clarissa Black**  
Economista, Pesquisadora da FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 04.05.15).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional.



**Fundação de  
Economia e  
Estatística**

Presidente: Igor Alexandre Clemente de Moraes

Diretor Técnico: Martinho Roberto Lazzari

Diretor Administrativo: Nóra Angela Gundlach Kraemer

**Conselho Editorial:** Martinho Roberto Lazzari, Bruno Breyer Caldas, Fernando Maccari Lara, Guilherme Stein, Miriam de Toni, Renato Dal Maso, Rodrigo de Sá da Silva e Vanessa Neumann Sulzbach

**Núcleo de Indicadores Conjunturais:** Renan Xavier Cortes (coord.) e Pedro Kanopf Oliveira

**Revisão:** Mateus da Rosa Pereira

**Fundação de Economia e Estatística**  
**Siegfried Emanuel Heuser**

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre  
CEP 90010-283

E-mail: carta@fee.tche.br

Twitter: @cartafee

www.fee.rs.gov.br